

# A vigilância como objeto de pesquisa

Pedro Saliba<sup>1</sup>

Resenha (*review*) do livro **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**, organizado por Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon e Lucas Melgaço (2018).

*Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*, publicado pela Boitempo em 2018, reúne uma série de trabalhos que abordam sentidos e as principais disputas das novas tecnologias de comunicação e informação. Organizado por Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon e Lucas Melgaço, o livro é dividido em quatro partes – Governabilidade e neoliberalismo; Cultura da vigilância; (In)Visibilidades; e Tecnorresistências – e abrange temas de interesse relacionados a pesquisas sobre as novas práticas de vigilância, como algoritmos, conduta de indivíduos e populações, formas de resistência e reversão de assimetrias. Além de artigos científicos, o livro traz também relatos de práticas ativistas, entrevistas e ensaios. Seus autores, membros da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), compreendem tecnopolíticas como territórios de disputa, e não como distopias. O subtítulo evidencia que as reflexões expostas partem de experiências latino-americanas, com especificidades políticas e sociais influentes na forma com que nos relacionamos com essas tecnologias.

O primeiro artigo, “Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação”, de Shoshana Zuboff, traz uma análise das práticas empresariais da Alphabet, conglomerado que detém a Google e suas empresas vinculadas. A autora articula o conceito de big data com uma nova forma de acumulação, baseada na extração e análise de dados. Esses novos ativos da vigilância modelam o que Zuboff chama de capitalismo de vigilância, com emergentes formas de mercado baseadas na informação.

Essa reorganização do sistema econômico tem outros desdobramentos, alguns dos quais expostos em capítulos seguintes. Em “Securitização, vigilância e territorialização em

---

<sup>1</sup> Bacharel em ciências sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Pesquisador da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. E-mail: saliba.pedro@gmail.com

espaços na cidade neoliberal”, Rodrigo Firmino articula segurança pública, urbanismo e dispositivos de vigilância em contextos como o monitoramento de vias públicas por residentes das redondezas. Bruno Cardoso, por sua vez, em “Estado, tecnologias de segurança e normatividade neoliberal”, escreve sobre as tecnologias de segurança adotadas pelo Estado junto a empresas de tecnologia nos últimos anos. Cardoso se concentra nos megaeventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, realizados no Brasil em 2014 e 2016, expondo a cooperação dos setores público e privado no uso de instrumentos de ação e organização do campo da segurança.

Finalizando a primeira parte, dois textos debatem governabilidade e governança de algoritmos. Em “Governabilidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individualização pela relação?”, Atoinette Rouvroy e Thomas Berns demonstram como a utilização de big data estimula uma nova maneira de apreender e compreender a realidade, baseada em estatísticas que, apesar de simularem uma compreensão mais detalhada da realidade, apresentam riscos de assimetrias e a possibilidade de conclusões falhas, sem verificação de hipóteses, podendo acarretar novas formas de poder e submissão. Danilo Doneda e Virgílio F. Almeida complementam o debate em “O que é a governança de algoritmos?”, explicando a opacidade dos algoritmos e sua necessidade de regulação, uma vez que o monitoramento e registro de condutas influenciam diretamente diversos aspectos da vida contemporânea.

Os outros textos compilados têm como temática a cultura da vigilância. Em “Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital”, David Lyon tece os conceitos de imaginário e práticas de vigilância a partir da perspectiva de que as pessoas participam ativamente em uma tentativa de regular sua própria vigilância e a vigilância dos outros. Lyon mostra como o uso da vigilância como modo de organização tem efeitos variados sob uma perspectiva sociotécnica, já que envolvem indivíduos, dispositivos e plataformas de vigilância. O autor articula o imperativo de compartilhamento em redes sociais com uma ética da vigilância, tornando público um debate muitas vezes tomado como pessoal. A desenfreada produção de dados e seus usos, especialmente ligados ao consumerismo, exigem uma nova forma de pensar a exposição de si perante outros.

Pablo Rodrigues contribui para o debate a partir de um aporte teórico de desenvolvimento histórico em “Espetáculo do individual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais”. Ele fala sobre uma nova definição de si (*self*) que as novas

tecnologias de informação criaram. Os modos de subjetivação nas redes sociais são então explorados a partir do registro e do desejo de visibilidade na internet.

Paula Sibila também traça um percurso histórico em seu texto, mas centrada nas das lembranças, na intimidade e na subjetividade nos séculos XIX, XX e XXI no Ocidente. Em “Você é o que o Google diz que você é: a vida editável, entre controle e espetáculo”, seu objeto são as buscas do Google, especialmente de pessoas físicas. Diante do registro e acesso cada vez mais fácil e público a fatos de pessoas diversas, a autora explora a ideia do direito ao esquecimento. Posta a facilidade de encontrar rastros digitais de indivíduos com poucas informações, quais ferramentas existem para apagar lembranças? Haveria legitimidade nesse apagamento? As memórias tornam-se arquivos digitais, sendo a administração das lembranças e registros um tipo de capital a ser exposto por empresas capazes de armazenar e realizar o tratamento destes dados a partir de um olhar externo, registrável e quantificável.

Em outra chave, Nelson Botello, em “A América Latina e o apocalipse: ícones visuais em *Blade Runner* e *Elysium*”, traz reflexões a respeito das novas tecnologias e seus efeitos a partir do cinema, explorando o que as distopias falam a respeito da sociedade contemporânea. Botello afirma que as visões apocalípticas do futuro exposto nessas obras apresentam ideais, como, por exemplo, o papel do multiculturalismo na decadência da sociedade. Nesse contexto, a América Latina é um caso fundamental por conter em seu contexto social, histórico e econômico elementos que tais filmes exploram como apocalípticos. O autor se concentra nos dispositivos de vigilância e controle nessas narrativas que, apesar de não serem efetivamente empíricos, têm paralelos interessantes com a realidade contemporânea.

A terceira parte, intitulada “(In)Visibilidades”, reúne contribuições sobre como as tecnologias de vigilância afetam diferentes dimensões da visibilidade, criando inteligências, decisões e modulando ações a partir de dados. Em “Visões maquínicas da cidade maravilhosa: do Centro de Operações do Rio à Vila Autódromo”, Fernanda Bruno aborda a noção de cidades tecnicamente mediadas a partir de casos do Rio de Janeiro. A cidade, em diferentes escalas, é invisível ao olho humano, sendo necessária sempre a intermediação de dispositivos técnicos. As novas tecnologias de informação e comunicação modificaram as estratégias usuais de visibilidade dela a partir dos imensos volumes de dados urbanos produzidos, armazenados e tratados. Novos aparatos de visão e sistema de controle das cidades impõem outra lógica de gestão urbana. O Centro de Operações do Rio (COR),

iniciativa municipal, inscreve a capital carioca nesse movimento junto a outras cidades, como Los Angeles, nos EUA, e São Paulo. Mediadas por algoritmos, seja no trânsito de automóveis seja em inundações, essa gestão tem como característica a produção de assimetrias no que tange à visibilidade e à escala. Delega-se à visão algorítmica a função de filtrar e modular irregularidades, intervindo até mesmo de forma preditiva. Segundo Bruno, um dos principais riscos políticos é o uso performativo dessa antevisão. A autora finaliza com um exemplo de contra-visão e re-visão de tais regimes, com a experiência do uso de drones para mapeamento da comunidade Vila Autódromo, território ameaçado de remoção por conta das obras da edição dos Jogos Olímpicos na cidade. A fotografia aérea foi entregue a moradoras e moradores, expondo potencialidades das novas tecnologias.

Nessa mesma linha, em “#Droneacademy: contravisualidade aérea e ciência cidadã para o uso de VANTS como tecnologia social”, Pablo de Soto expõe a iniciativa #droneacademy. O objetivo é ensinar como montar e operar um veículo aéreo não tripulado (VANT), comumente chamado de drone, utilizando celulares e materiais de baixo custo e complexidade. O relato da formação de turmas e dos usos feitos por tais equipamentos demonstra as relações entre visibilidade e poder. O projeto de pesquisa combina teoria e prática no uso de VANTs como tecnologia social em experiências no Rio de Janeiro, contrastando com a ideia do militarismo dos VANTs, especialmente relevantes nos atuais territórios de guerra. No capítulo seguinte, “Controvérsias acerca da vigilância e da visibilidade: em cena, os drones”, Rosa Pedro *et al.* elencam uma série de atores e debates envolvendo os drones. Desde seus usos militares a civis, os autores e as autoras fazem um trabalho primoroso demonstrando que a introdução de novas tecnologias movimenta instituições, agentes e indivíduos em prol de causas específicas.

Em “Visível/invisível: sobre o rastreamento de material genético como estratégia artístico-política”, Flávia Costa articula a cultura da vigilância, de David Lyon, com a vigilância genética presente no campo artístico. Ela estuda o trabalho da norte-americana Heather Dewey-Hagborg, artista visual com habilidades de programação e participante ativa do movimento *biohacker*. As temáticas das obras da artista giram em torno da identificação de pessoas com o uso de material genético, demonstrando como interpretações especulativas também se configuram como uma forma de poder. Dewey-Hagborg faz um contraponto ao uso de DNA para identificação de criminosos – desde pessoas que jogam fora uma guimba de cigarro a estupradores – trazendo à tona o debate dos rastros biológicos. Outra obra da artista é um kit capaz de remover e distorcer seu material

genético disponível em espaço público, um convite à reflexão sobre como não apenas nossos rastros digitais devem ser preservados, mas também nosso DNA.

Em seguida, em “A dimensão forense da arquitetura: a construção estético-política da evidência”, Anna Bentes, Fernanda Bruno e Paulo Faltay entrevistam Paulo Tavares, professor da Faculdade de Arquitetura (FAU) da Universidade de Brasília (UnB) e associado à agência de pesquisa Forensic Architecture. Fundada em 2011, a Forensic Architecture, grupo interdisciplinar, utiliza tecnologias de visualização para dar substrato investigativo ao retratar situações de conflito em contextos jurídicos, políticos e artísticos. Atuou, por exemplo, demonstrando que a destruição de mesquitas no território do Kosovo, na Guerra dos Balcãs nos anos 1990, foi uma operação sistemática do patrimônio arquitetônico, constituindo crime de guerra. Outro caso relevante envolveu os assentamentos que os militares da Guatemala fizeram para o povo Ixil, concentrando-os em áreas urbanas e alterando radicalmente seu modo de vida. As perguntas da entrevista se concentram nas metodologias utilizadas pela agência, expondo possibilidades e obstáculos nesse tipo de perícia, na medida em que a evidência muitas vezes se encontra em florestas ou mares. A entrevista afirma o caráter político da arquitetura, disciplina capaz de intervir nesse tipo de situação para tornar visível uma narrativa por vezes oculta.

A última parte, denominada “Tecnorresistências”, agrupa textos que incitam o debate público na área da vigilância. Henrique Parra se pergunta, em “Experiências com tecnoativistas: resistências na política do individual”, se é possível resistir à sociedade do controle por meio das mesmas tecnologias que a constituem. Parra toma a comunidade de *tecnoativistas* como privilegiada para a interlocução, na medida em que seria um grupo vulnerável e ativamente preocupado com esse tipo de violação de direitos. Por meio desses diferentes arranjos tecnopolíticos, o texto versa a respeito da privacidade não como primado individual, mas sim comum, cabendo a todas e todos sua preservação coletiva. A necessidade de governabilidade algorítmica cria novos sentidos para a liberdade na vida social permeada por tais tecnologias de comunicação.

No capítulo seguinte, “Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hackativismo à tomada das ruas e das redes”, Guiomar Sancho analisa as mudanças de movimentos ativistas na internet e sua reverberação nas ruas, expondo que, mesmo com o paradigma neoliberal imposto pelas principais plataformas de comunicação on-line, ainda há espaço para a ocupação da mobilização social. Em seguida, no texto “Espectro livre e vigilância”, os autores Adriano da Costa, Diego Vincentin e Paulo Lara trazem a

seguir, um debate sobre infraestrutura importante para a compreensão da vigilância atual, discutindo o espectro eletromagnético necessário à transmissão das telecomunicações. O texto sustenta a possibilidade de construção de comunidades e comunicações autônomas a partir das ideias de espectro livre e espectro aberto, fomentando liberdades a partir das estruturas já existentes.

O último capítulo, por fim, “DIO: o mapeamento coletivo de câmeras de vigilância como visibilização da informação do espaço urbano”, foi escrito por Rafael Evangelista, Tiago Soares, Sarah Schmidt e Felipe Lavignatti. Os autores analisam o uso de jogos de celulares como forma de extração de dados pessoais, seja por meio de câmeras ou de geolocalização. Sendo essa uma função que muitas vezes não tem relação necessária para o funcionamento do jogo, trata-se de um novo mercado – o de dados pessoais –, com implicações coletivas.

*Tecnopolíticas da vigilância* finaliza com materiais gráficos desenvolvidos por duas organizações diferentes: Derechos Digitales e Coding Rights. A primeira expõe como um produto de empresa italiana é altamente invasivo às liberdades e privacidade pessoal, enquanto a segunda ensina a compartilhar *nudes* – fotos íntimas, geralmente de alguém sem roupa – com segurança e menor risco.

O livro tem grande valor para qualquer pesquisadora ou pesquisador que tenha como objeto novas tecnologias e suas implicações sociais. Trata-se de uma obra ampla e interdisciplinar, apresentando pesquisas empíricas e teoricamente fundamentadas capazes de agregar em todos os campos do conhecimento. Além disso, por concentrarem-se nas experiências latino-americanas, os textos evitam colocar as questões e hipóteses características de países do Norte Global, que têm realidades políticas, sociais e econômicas completamente distintas dos países da América Latina, sendo um estímulo à produção intelectual de excelência.

## Referências

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em: 30/07/2019  
Aprovado em: 03/09/2019